

CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO

Entre

Primeira Outorgante:

MSO-SERRALHARIA, UNIPessoal, LDA., NIPC: 507552610, com sede na Rua I, Urbanização Pinhais Bastos, n.º 63, 4430-674 Vila Nova de Gaia, com capital social de 5.000,00€, NISS 25075526100, com objeto social de serralharia, obras de isolamento, instalação de canalizações e de climatização, montagem de trabalhos de carpintaria e de caixilharia, aqui representada pelo seu gerente Manuel da Silva Oliveira, contribuinte n.º 160244897, adiante designada por Primeira Outorgante,;

e

Segundo Outorgante:

Vitor Manuel Ferreira, residente na Rua Professor Agostinho da Silva 16 7º DRT, portador do Cartão de Cidadão n.º 09591829 9ZY5 válido até 15-03-2028, Contribuinte Fiscal n.º 169494845, beneficiário da Segurança Social n.º 113321021737, adiante designado por Segundo Outorgante

É celebrado o presente contrato a termo certo e regido pelos termos e condições das cláusulas seguintes:

1.ª

1. O presente **contrato a termo** é celebrado pelo prazo de **6 meses** e tem o seu início no dia 10 de Dezembro de 2022 e termo em **10 de Junho de 2023**.
2. O presente contrato, será automaticamente renovado, por igual prazo se não for comunicado, por escrito, pela Primeira Outorgante ou pelo Segundo Outorgante, respetivamente, até quinze ou oito dias antes de o prazo expirar, a intenção de não o renovar.

2ª

A celebração do presente contrato de trabalho a termo certo tem por fundamento a necessidade temporária de mão de obra, nos termos do **artigo 140º nº 2, h) do Código do Trabalho**, para execução de obras recentemente contratualizadas, de trabalhos de construção civil, obras públicas, montagens e reparações industriais, em regime de empreitada e/ou em administração direta, relativamente à atividade de serralharia, obras de isolamento, instalação de canalizações e de climatização, montagem de trabalhos de carpintaria e de caixilharia, nomeadamente nas obras contratualizadas com Wasi – Wide Aluminium Systems Improvement, S.A. nomeadamente, Miraflores Lotes 20 e 25, assim como, ICON II e ICON Habitação, e com uma duração presumível de seis meses.

3ª

1. O 2º outorgante é admitido com a categoria profissional de **SERRALHEIRO**, a que sumariamente correspondem as funções de construir e/ou montar e/ou reparar estruturas metálicas, tubos condutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de viaturas, pontes, navios, caldeiras, cofres e outras obras, assim como todas as funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional.
2. O trabalhador pode ser temporariamente incumbido de funções não compreendidas no objeto do contrato, desde que tenha capacidade para as desempenhar e as mesmas não impliquem diminuição da retribuição, nem modificação substancial da posição do trabalhador.
3. O presente contrato de trabalho fica sujeito a um período experimental de **30 dias** podendo qualquer das partes, no decurso deste período denunciar o contrato sem aviso prévio nem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a indemnização.

4ª

1. O 2º outorgante auferirá mensalmente a retribuição ilíquida de 800,00€ (oitocentos euros) acrescida de um subsídio de refeição que à data é de 5.20€ (cinco euros e vinte cêntimos) por cada dia de trabalho efetivamente prestado.
2. A retribuição será paga mensalmente, por transferência bancária, para o IBAN indicado pelo Segundo Outorgante, por forma a que o montante da retribuição fique à disposição do Segundo Outorgante até ao dia 10 (dez) de cada mês

5ª

1. **O local habitual de trabalho não é fixo**, exercendo o trabalhador a sua atividade indistintamente nos diversos lugares ou obras em que a entidade patronal exerça a sua atividade, em território português ou outro país.
2. A primeira outorgante deve informar o trabalhador do local de prestação de trabalho com 48 horas de antecedência.
2. Ficam a cargo da primeira outorgante as deslocações do trabalhador do seu local de residência para o local ou obra a que este esteja adstrito.
3. Sempre que o local de trabalho (obra) obrigue à pernoita em local diferente da área de residência do segundo outorgante, ficam a cargo da 1ª outorgante as despesas de alojamento e alimentação

6ª

1. O horário de trabalho do 2º outorgante é de 40 horas semanais, repartidas por oito horas diárias de segunda a sexta-feira.

2. O Segundo Outorgante reconhece e aceita que, em casos se força maior, a primeira outorgante, pode alterar o horário que lhe esteja atribuído, desde que tal alteração não seja superior a uma semana.

3. O segundo Outorgante aceita, desde já, prestar a sua atividade em regime de adaptabilidade ou em regime de banco de horas, nas condições vigentes na empresa ou a acordar entre ambos.

7ª

As férias do 2º outorgante têm a duração de 22 dias úteis, de acordo com o n.º 1, do art.º 238.º, do Código do Trabalho, sendo que no ano de admissão, 2º outorgante tem direito a dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até 20 dias, que poderão ser gozados após seis meses de duração do contrato.

8ª

O 2º outorgante passa a estar abrangido pela apólice de Acidentes de Trabalho n.º 0006515053 emitida pela Companhia Seguros Tranquilidade.

9ª

O presente contrato fica abrangido pelo Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e pelo Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) obrigando-se a Primeira Outorgante a comunicar a admissão do Segundo Outorgante àqueles organismos.

10º

O Segundo Outorgante obriga-se a apresentar justificação escrita das faltas ao trabalho, no prazo máximo de cinco dias, após a ausência, findo o qual as faltas serão consideradas injustificadas para efeitos remuneratórios e/ ou disciplinares.

11ª

1. Quaisquer dados pessoais, independentemente da natureza, a que o Segundo Outorgante tenha acesso, fornecidos pela Primeira Outorgante ou terceiros, nomeadamente clientes (incluindo os antigos e os candidatos a clientes), familiares/pessoas que assumem a representação legal e/ou parental dos clientes (incluindo os antigos e os candidatos a clientes), fornecedores, prestadores de serviços, membros dos órgãos sociais, associados e trabalhadores da primeira outorgante, são confidenciais e apenas podem ser usados para os fins a que se destinam.

2. Consideram-se dados pessoais qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

3. Os dados referidos no número 1 e 2 da presente cláusula apenas podem ser acedidos e ou transmitidos a pessoas com acesso autorizado.
4. O Segundo Outorgante obriga-se a não divulgar durante a execução e após a cessação do contrato de trabalho com a Primeira Outorgante, quaisquer dados, de qualquer natureza, sigilosa ou não, relativas à atividade da Primeira Outorgante, nomeadamente informações referentes à sua organização, métodos de produção, trabalho, negócios, clientes, trabalhadores, associados, membros dos órgãos sociais, colaboradores ou estratégias de negócios, ou dados relativos a uma pessoa identificada ou identificável, de que tenha conhecimento pelo exercício da sua atividade profissional ou no decurso dessa atividade.
5. A propriedade de quaisquer bases de dados, desenhos, documentos ou quaisquer outras informações, de qualquer natureza, técnicas ou não, e em qualquer suporte, designadamente físico ou digital, e em cuja elaboração o Segundo Outorgante tenha, ou não, colaborado, às quais tenha acesso, ou das quais tenha conhecimento em cumprimento do contrato de trabalho ou no seu decurso, pertencente à Primeira Outorgante, sendo sua propriedade exclusiva, não podendo ser usados para outro fim diferente daquele a que se destinam, nem ser usados, copiados, reproduzidos, transmitidos e/ou comunicados a terceiros, durante o período de vigência do contrato de trabalho e após o seu termo.
6. O Segundo Outorgante, quer durante a vigência do presente contrato, quer após a cessação do mesmo, reconhece e aceita a proibição de efetuar quaisquer reproduções, cópias, modificações, comunicações públicas, distribuição ou qualquer outro tipo de cedência, gratuita ou onerosa, de quaisquer documentos, incluindo programas informáticos, publicações, informações contidas em base de dados, na "intranet", em qualquer tipo de comunicação interna ou nas redes informáticas, ou qualquer outro material intelectual pertencente ou relativo à Primeira Outorgante ou a qualquer terceiro que com estes se relacionem, nomeadamente cliente (incluindo os antigos e os candidatos a clientes), familiares/pessoas que assumem a representação legal e/ou parental dos clientes (incluindo os antigos e os candidatos a clientes), trabalhadores, prestadores de serviços, fornecedores, membros dos órgãos sociais, associados da Primeira Outorgante, salvo se previamente autorizado por escrito pela Primeira Outorgante.
7. O Segundo Outorgante deverá cumprir e respeitar os procedimentos, políticas, normas ou regulamentos em vigor em cada momento na Primeira Outorgante.
8. O Segundo Outorgante obriga-se a zelar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho, incluindo quaisquer equipamentos ou documentos que lhe sejam confiados pela Primeira Outorgante ou por terceiros, designadamente clientes e, assegurando proteção adequada aos mesmos contra perda, extravio, furto, roubo, reprodução ou divulgação indevida.

9. O Segundo Outorgante declara e reconhece que todos os equipamentos, materiais e serviços eletrónicos, informáticos ou de comunicação, nomeadamente computadores, impressoras, equipamentos de telecópia, telefones, endereços de correio eletrónico e acessos à "internet", por si utilizados no âmbito das suas funções, são propriedade do Empregador e apenas deverão ser utilizados para fins profissionais.
10. A utilização pelo Segundo Outorgante dos equipamentos, materiais e serviços referidos no número anterior para quaisquer fins não profissionais apenas é admitida nos exatos termos previstos nas respetivas políticas internas em vigor em cada momento na Primeira Outorgante.
11. O Segundo Outorgante obriga-se, na data de cessação do contrato, por qualquer motivo, a entregar todos os objetos e equipamentos que tenha em seu poder, sob pena de incorrer em responsabilidade civil.
12. O Segundo Outorgante apenas poderá aceder a quaisquer dados de acordo com as instruções respetivas e apenas nos casos permitidos.
13. O Segundo Outorgante comunicará à Primeira Outorgante qualquer violação de dados pessoais de que tenha conhecimento, sem demora injustificada, no prazo máximo de 24 horas do momento de conhecimento da violação, à Primeira Outorgante.
14. Considera-se violação de dados pessoais a violação da segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.
15. O Segundo outorgante abster-se-á de exercer qualquer outra atividade, remunerada ou não remunerada, por conta própria ou alheia, ao abrigo de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, desempenho de funções em cargos sociais societários ou de qualquer outro tipo contratual, por si ou por interposta pessoa, em Portugal ou no estrangeiro, nas quais possa utilizar ou recorrer aos dados pessoais a que tenha acesso por esta via.
16. O Segundo Outorgante está impedido de desenvolver qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não remunerada, por conta própria ou alheia, ao abrigo de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, desempenho de funções em cargos sociais societários ou de qualquer outro tipo contratual, incluindo atividades docentes, por si ou por interposta pessoa, em Portugal ou no estrangeiro, que prejudique, em quantidade ou qualidade, a que exerce ao abrigo do presente contrato, salvo se previamente autorizado por escrito pela Primeira Outorgante.
17. Em caso algum, o Segundo Outorgante poderá aceitar quaisquer comissões, prémios ou gratificações de quaisquer terceiros com os quais a Primeira Outorgante mantenha quaisquer relações comerciais, profissionais ou de parceria.

18. O Segundo Outorgante deverá cumprir e respeitar os procedimentos, políticas, normas ou regulamentos em vigor em cada momento na Primeira Outorgante, bem como nos clientes desta em que preste serviços.

12ª

Considerando o tipo de funções desempenhadas pelo Segundo Outorgante e o grau de responsabilidade e confiança que as mesmas envolvem, o incumprimento das obrigações constantes das cláusulas anteriores podem constituir infração disciplinar grave e impeditiva da subsistência da relação de trabalho, sem prejuízo de fazer incorrer o Segundo Outorgante na obrigação de indemnizar a Primeira Outorgante ou terceiros pelos prejuízos patrimoniais e/ou não patrimoniais sofridos.

13ª

1. O Segundo Outorgante, titular de dados pessoais, autoriza a Primeira Outorgante a proceder diretamente ou através de entidade contratada para o efeito, ao tratamento dos dados que facultou à mesma no âmbito da celebração, execução e manutenção do contrato de trabalho.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a comunicar qualquer alteração nos seus dados pessoais de forma a manter os mesmos sempre atualizados.
3. O Segundo Outorgante declara que autoriza a Primeira Outorgante a transferir os dados que facultou a terceiros, que atuem por conta desde no âmbito de relações comerciais estabelecidos com a Primeira Outorgante para o cumprimento de uma obrigação legal, contratual ou de interesse legítimo.
4. O Segundo Outorgante autoriza expressamente o tratamento de dados sensíveis no âmbito da relação de trabalho estabelecida com a Primeira Outorgante, reconhecendo que esta detém um interesse legítimo no tratamento dos mesmos, nomeadamente para efeitos de realização de exames de saúde, controlo de acessos e assiduidade, garantia de segurança de pessoal e bens.
5. O Segundo Outorgante autoriza o uso de perfis na execução do contrato de trabalho, nomeadamente no âmbito da avaliação de desempenho e progressão na carreira.
6. O Segundo Outorgante reconhece, expressamente, que a Primeira Outorgante, para fins de gestão e outras finalidades permitidas por lei, irá recolher e deter dados pessoais relativos à sua pessoa, nomeadamente, a candidatura de trabalho do Segundo Outorgante, morada, referências, dados bancários e registos obrigatórios de pessoal.
7. O Segundo Outorgante terá direito a aceder a toda a informação recolhida nos termos legais aplicáveis.
8. O Segundo Outorgante aceita e presta o seu consentimento ao Primeiro Outorgante para tratar dados pessoais relativos à sua pessoa, para fins de gestão ou outras finalidades permitidas por

lei, e, quando necessário, colocar essa informação à disposição de terceiros, prestadores de serviços, organismos públicos e quaisquer outras entidades, nos termos legais.

9. O Segundo Outorgante consente expressamente, nomeadamente, na recolha, registo e integração em bases de dados, organização, conservação, adaptação, alteração, recuperação, consulta, utilização, eliminação e comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, incluindo a possibilidade de comparação e interconexão.

14ª

Declara a primeira outorgante, que, nesta data, para efeitos:

- a) de processamento de salários e atividades conexas, transfere os dados do Segundo Outorgante para RR Calculus, Contabilidade Assessoria e Fiscalidade.
- b) medicina do trabalho, transfere os dados do Segundo Outorgante para Interpev – Segurança e Saúde do Trabalho, S.A.
- c) higiene e segurança no trabalho transfere os dados do Segundo Outorgante para Interpev – Segurança e Saúde do Trabalho, S.A.
- d) seguro de trabalho transfere os dados do Segundo Outorgante Segnor – Mediação de Seguros, Lda.
- e) para efeitos de pagamento de salário indica ao Banco Millennium BCP o nome do Segundo Outorgante e número da conta bancária

15ª

- 1. O Segundo Outorgante declara expressamente, com a assinatura do presente contrato, ter sido cumprido o dever de informação previsto no Código do Trabalho.
- 2. O Segundo Outorgante declara reconhecer expressamente que deverá para todos os efeitos fiscais relevantes prestar as devidas informações assim como quaisquer alterações.

16ª

As partes convencionam que as comunicações emergentes do presente contrato serão remetidas para os domicílios constantes do presente instrumento, para todos os devidos efeitos.

Vila Nova de Gaia, 10, de Dezembro, de 2022

A Primeira Outorgante

O Segundo Outorgante
